

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO, já devidamente qualificado neste processo licitatório, vem respeitosamente ante esta Comissão de Licitação, nos termos do item do 9 do Edital de Concorrência Eletrônica nº 043/2025, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do julgamento que desclassificou a proposta do Consórcio em questão no bojo do processo administrativo nº 202500036007554, o que passa a fazer pelas seguintes razões e fundamentos.

I. DOS FATOS

Conforme se verifica pelas razões que fundamentaram a desclassificação desta Recorrente, expostas no despacho Nº 2789/2025/GOINFRA/DOR-06105, a Administração entendeu que o Consórcio teria apresentado “*precificação para o item “Areia - Comercial” (Licitante código 10081), com valor unitário correspondente a 50% do valor de referência adotado pela Administração, configurando desconto superior ao limite de 25% estabelecido como parâmetro crítico de avaliação, nos termos do artigo 3º da Portaria de Exequibilidade da GOINFRA*”.

Prossegue a Administração informando que o insumo em questão integra “*composições relevantes dos serviços constantes das Curvas A e B do orçamento referencial, como, por exemplo, a usinagem de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), sendo, portanto, considerada insumo crítico na análise de viabilidade dos grupos que compõem tais serviços*”.

De forma objetiva, portanto, a desclassificação do Consórcio se deu em decorrência de não observância de requisito objetivo exposto pela Administração Estadual, em

descompasso com o que determina a doutrina, norma e doutrina Federal, conforme será defendido alhures.

Vale ressaltar que, a normativa aplicada, Portaria nº 27, de 31 de janeiro de 2025 do GOINFRA, expressamente determina que as propostas que contenham descontos acima de 75% são automaticamente desclassificadas, sem qualquer realização de diligência:

II - Os insumos críticos, como materiais betuminosos, materiais pétreos, areia e óleo diesel, que compõem os serviços constantes nas Curvas A e B dos orçamentos, e que apresentarem **valores unitários inferiores a 75% do orçamento referencial, serão automaticamente considerados inexequíveis, sem necessidade de diligências**. Essa medida fundamenta-se na relevância desses insumos para a execução de obras rodoviárias, cuja qualidade e viabilidade não podem ser comprometidas por preços abaixo do praticado no mercado

Conforme consta dos autos, o Consórcio Recorrente, ao apresentar sua proposta de preços, demonstrou expressamente a viabilidade do desconto aplicado sobre o insumo "areia", tendo, para tanto, **juntado cotação emitida pelo mesmo fornecedor indicado no Projeto Básico, reforçando a compatibilidade do valor proposto com os preços de mercado**. Os documentos acostados, portanto, atestam a exequibilidade da proposta, nos termos exigidos pelo art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, a Recorrente não apenas demonstrou objetivamente a viabilidade dos preços praticados, como também comprovou que sua proposta encontra respaldo em condições de mercado verificáveis, afastando qualquer alegação de inexequibilidade.

Além disso, cumpre salientar que o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previsto no art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, deve orientar todo o procedimento licitatório. E, nesse ponto, impende destacar que a proposta apresentada pelo Consórcio Recorrente é mais vantajosa em relação àquela selecionada, o que se comprova pela significativa diferença de valores, totalizando um acréscimo de mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) aos cofres públicos:

ITEM	OBJETO	VALOR
1	DUPLICAÇÃO DA RODOVIA GO-330, TRECHO: IPAMERI/CATALÃO, SUBTRECHO 1: GO-330, POSTO POLICIAL DE CATALÃO/ENTR. GO-305 (TREVO DE GOIANDIRA), COM EXTENSÃO DE 11,70 KM .	R\$ 123.739.628,94

(proposta escolhida)

LOTE	OBJETO	Und	Valor Estimado (R\$)	Valor com desconto (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de duplicação da Rodovia GO-330, trecho: Ipameri/Catalão, Subtrecho 1: GO-330, Posto Policial de Catalão/Entr. GO-305 (Trevo de Goiandira), com extensão de 11,70 km, neste Estado	und	120.574.782,48	120.574.782,48

(proposta irregularmente desclassificada)

São os fatos.

II. RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

II.1. ART. 59, §§ 2º E 3º, DA LEI Nº 14.133/2021

Cumprir a demonstração de que a desclassificação fundamentada na Portaria nº 27/2025 – GOINFRA, não pode ser considerada justa, uma vez que, de forma objetiva e automática, impõe a exclusão de propostas que apresentem desconto superior a 25% em relação ao valor estimado pela Administração, independentemente da realização de diligência técnica.

Primeiramente, poder-se-ia argumentar o direito da Recorrente pelo princípio do formalismo moderado, refletido neste Edital através do item 7.11 que prevê que as propostas seriam desclassificadas se fossem verificados vícios insanáveis:

Desclassificação

7.11. Será desclassificada a proposta que:

7.11.1. contiver vícios insanáveis;

Esta previsão editalícia harmoniza-se com a moderna compreensão do processo licitatório, que deve buscar a efetiva seleção da proposta mais vantajosa, evitando que rigorismos formais e excessivos acabem por frustrar a própria finalidade da licitação.

A aplicação do formalismo moderado não representa violação à isonomia ou à vinculação ao instrumento convocatório. Pelo contrário, significa dar efetividade à própria previsão editalícia que determina a possibilidade de saneamento de vícios formais, bem como aos princípios fundamentais que regem a licitação, notadamente a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Uma decisão de desclassificação por vício que não compromete a demonstração do atendimento material das exigências editalícias, **configuraria excesso de formalismo incompatível com a moderna compreensão do processo licitatório e com os próprios termos do edital. Tal postura restritiva acabaria por privilegiar a forma em detrimento da finalidade, comprometendo a competitividade do certame e, consequentemente, a própria consecução do interesse público que a licitação visa resguardar.**

Segundo a doutrina:

Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim. Portanto, insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. **Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.** (CARVALHO FILHO, José dos Santos. op cit. p. 77)

Diante deste raciocínio que se entende que o princípio da formalidade não pode ser utilizado como barreira à concretização da finalidade dos atos e tampouco pode ser exigido quando dispensável, em especial, nos processos administrativos. É neste sentido que se orienta o TCU:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015)

Dessa forma, o rigorismo formal é rechaçado pela doutrina e pela jurisprudência, que privilegiam a atuação voltada à concretização do **interesse público**. Sob esse aspecto, vejamos alguns precedentes:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE PREÇOS. IMPETRAÇÃO QUE SE FUNDA EM PRETENSA INSUFICIÊNCIA

TÉCNICA DA EMPRESA VENCEDORA. CONTRATO EM ANDAMENTO, COM DESEMPENHO SATISFATÓRIO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO.

1. Verificação de que a empresa vitoriosa na tomada de preços cumpriu integralmente o contrato, satisfazendo as obrigações adimplidas e, via de consequência, o interesse público, tendo-se passados mais de três anos desde a assinatura da avença, com a efetiva entrega dos equipamentos contratados, bem como a correta prestação de assistência técnica, refletindo, a situação, características de fato consumado.
2. Não é sensato, a essa altura, infligir prejuízo à recorrida, com fulcro em excessiva formalidade, ou mesmo, no rigor da lei, fazendo com que perca o tempo dedicado e o aproveitamento obtido. Tal acabaria por vulnerar o princípio da proporcionalidade, esvaziando, per se, a pretensão aqui deduzida.
3. Argumentação da pretensão baseada em aspectos técnicos do edital, impróprios à estreiteza da via mandamental escolhida.
4. Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador.
5. Recurso não provido.

(RMS n. 12.210/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 19/2/2002, DJ de 18/3/2002, p. 174.)

RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. FATOS. SÚMULA 07/STJ. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. PREGÃO. PROVA. REGULARIDADE FISCAL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EDITAL. RIGORISMO FORMAL. DESPROPORCIONALIDADE. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

1. Não se conhece do recurso especial, no ponto em que se questiona a forma como o recorrido demonstrou a regularidade fiscal nas instâncias ordinárias, por não ter sido tal matéria objeto de prequestionamento nas instâncias ordinárias, além de exigir revolvimento do quadro fático-probatório da demanda, inviável em sede de recurso especial. Inteligência das Súmulas n.º 211/STJ e n.º 07/STJ.
2. No caso vertente, cooperativa foi inabilitada, após ter sua proposta declarada vencedora na fase competitiva em pregão, porque deixou de apresentar apenas uma das 548 (quinhentos e quarenta e oito) certidões de regularidade fiscal perante a Previdência social, relativas a cada um dos cooperados, conforme exigido no edital do certame.
3. O juízo a quo considerou desproporcional e excessivamente rigorosa a inabilitação do licitante, máxime porque a certidão faltante já existia à época do certame, não tendo sido apresentada por singelo e justificável lapso do concorrente, devido à quantidade de documentação a ser fornecida na fase de habilitação.
4. A prova de regularidade fiscal, perante a Previdência Social, exigida para a contratação administrativa do particular, segundo os artigos 195, § 3º, da CF, 4º, da Lei n.º 10.520/2002, e 3º, 27, inciso IV, e 29, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, deve ser interpretada teleologicamente, a fim de garantir o equilíbrio financeiro da seguridade social e evitar a contratação de pessoas inidôneas, que possam tornar-se inaptas economicamente para os encargos contratuais, à vista das dívidas fiscais não pagas, resguardando-se, outrossim, a isonomia no procedimento licitatório, ao expurgar concorrentes que tendem a apresentar custos mais reduzidos, justamente devido ao fato de não honrar com suas obrigações.

5. A falta de apenas uma, dentre 578 certidões de regularidade fiscal perante a Previdência, não é fato bastante para macular a recorrida como particular inidôneo ao cumprimento do contrato, principalmente quando se comprova que a certidão faltante já existia na época da fase de habilitação, não tendo sido criada extemporaneamente, pós-certame, conforme provado nas instâncias ordinárias.

6. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. Precedentes.

7. Recurso especial conhecido parcialmente e, nesta parte, não provido.

(REsp n. 997.259/RS, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 17/8/2010, DJe de 25/10/2010.)

O Tribunal de Justiça de Goiás também ecoa esse entendimento:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE. IRRESIGNAÇÃO COM EDITAL. FORMALISMO MODERADO. PONDERAÇÃO ENTRE A EFICIÊNCIA A SEGURANÇA JURÍDICA. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (...) 3. **O princípio do formalismo moderado permite a correção de falhas ao longo do processo licitatório, sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Busca-se, assim, uma ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.** (...)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, 5466395-60.2021.8.09.0000, DESEMBARGADOR JEOVA SARDINHA DE MORAES, 6ª Câmara Cível, Publicado em 07/07/2022 17:56:41

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA LIMINAR. LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRA PÚBLICA. IRRESIGNAÇÃO COM EDITAL. FORMALISMO MODERADO. PONDERAÇÃO ENTRE A EFICIÊNCIA A SEGURANÇA JURÍDICA. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. (...) 4- **Na fase de habilitação, deve-se evitar exigências ou rigorismos inúteis valorizando-se o objetivo maior da licitação que é garantir à administração a possibilidade de adquirir bens e serviços de qualidade, de acordo com a proposta mais vantajosa e conveniente. Portanto, quanto maior número de licitantes aptos a prestar o serviço, melhor será para a administração.** 5- **O princípio do formalismo moderado permite a correção de falhas ao longo do processo licitatório, sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.** Busca-se, assim, uma ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável (...) AGRAVO DESPROVIDO. (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5641805-06.2019.8.09.0000, Rel. Desembargador CARLOS HIPÓLITO ESCHER, 4ª Câmara Cível, DJe de 18/05/2020).

Somente com base nesse princípio (supremacia do interesse público aliado à economicidade) já é possível constatar que a desclassificação do Consórcio configurara uma inconsistência normativa e jurisprudencial.

Contudo, a situação é ainda mais singular. Desclassificou-se a Recorrente através de aplicação normativo questionável que prevê, de forma objetiva, que descontos acima de 25% do valor previsto para o certame é considerado inexecutável.

Veja-se que a Lei nº 14.133/2021 não poderia ser mais clara ao adotar, de forma expressa, o já consolidado entendimento de que é assegurado a todo e qualquer licitante o direito de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, especialmente quando questionada pela Administração, garantindo a realização de diligências com fins de comprovar que a proposta é a melhor à Administração:

Art. 59.

(...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

Ademais, para reforçar ainda mais esse entendimento, cumpre destacar que, embora a Lei nº 14.133/2021 preveja a possibilidade de desclassificação de propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, o § 5º do mesmo dispositivo — em harmonia com os §§ 2º e 3º — expressamente admite a manutenção dessas propostas no certame, desde que o licitante comprove a exequibilidade e, se for o caso, apresente garantia adicional. Trata-se, portanto, de uma prerrogativa legal que visa conciliar a competitividade com a segurança da contratação, sem autorizar a desclassificação automática de propostas mais vantajosas:

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

Tanto é assim que, conforme citado na gênese deste tópico, a remansosa jurisprudência impede a desclassificação automática das Impetrantes. Confira:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA

EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. **A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade.** 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. **Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. Nas palavras de Marçal Justen Filho, "como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexequível a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 610).** 4. Na hipótese dos autos, conforme se pode constatar na r. sentença e no v. acórdão recorrido, houve demonstração por parte da empresa classificada em primeiro lugar (LEÃO & LEÃO LTDA) e por parte do MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO de que a proposta apresentada por aquela era viável e exequível, embora em valor inferior ao orçado pela Administração. Conforme informações apresentadas pelo ora recorrido, a vencedora do certame "demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade". Além disso, a empresa vencedora vem prestando devidamente o serviço contratado, o que demonstra a viabilidade da proposta por ela apresentada durante o procedimento licitatório (fls. 92/109, 170/172, 195/200 e 257/261). Assim, considerando que as instâncias ordinárias, com base na interpretação do contexto fático-probatório dos autos, entenderam que houve a devida comprovação da viabilidade da proposta apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, não há como elidir a referida conclusão, sob pena de incorrer-se no óbice da Súmula 7/STJ. 5. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 11.044/RJ, de relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, consagrou entendimento no sentido de que, "se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente (1ª Turma, DJ de 4.6.2001) e o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexequível". 6. Recurso especial desprovido.

(STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator.: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010)

O Tribunal de Contas da União, de forma irretocável, tem diversas decisões sobre a questão, valendo citar o Acórdão 1079/2017-Plenário:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BOA HORA/PI. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2015. REALIZAÇÃO DO RDC PRESENCIAL 1/2015 COM O MESMO OBJETO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR PREÇOS COMPARATIVAMENTE ELEVADOS.

CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.482/2016 - PLENÁRIO. OITIVA DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME, BEM COMO DO CONTRATO DELE DECORRENTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS. CIÊNCIA À REPRESENTANTE, AO MUNICÍPIO E À FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. 1. **A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada.** 2. Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente.

Portanto, em análise do art. 59 da Lei de Licitações, restou assentado pelo Tribunal de Contas da União que o critério legal estampado no §4º deve ser relativizado, em leitura sistemática com o §2º do mesmo dispositivo, oportunizando aos licitantes a demonstração da exequibilidade da proposta. Neste sentido, colho o trecho do voto do relator Augusto Sherman Cavalcanti:

“Noto que a maior parte da jurisprudência do TCU sobre o tema, em particular a Súmula TCU 262, foi proferida ainda sob a égide da Lei 8.666/1993. Num dos primeiros precedentes sobre a matéria proferidos já com base na Lei 14.133/2021 (Acórdão 2.198/2023-TCU-Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia), o entendimento do Colegiado foi o seguinte:

'Considerando que o § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 estabelece que, "No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração';

Considerando que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexecuíveis (art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021);

Considerando que, neste caso, não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexecuibilidade, pois o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexecuível, devendo a proposta ser desclassificada; e'

Por outro lado, **colho o seguinte entendimento da publicação institucional do Tribunal – “Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU”, 5ª edição, divulgado em 2023:**

'Consoante exposto anteriormente, a Lei 14.133/2021 delimitou a inexecuibilidade a valores inferiores a 75% do valor orçado pela Administração. No entanto, considerando o disposto na Súmula - TCU 262 e em diversos julgados do TCU, ainda sob a égide da Lei 8.666/1993, esse limite também pode ser considerado para fins de presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Não se vê, portanto, obstáculo para aplicar a súmula citada à Lei 14.133/2021, inclusive porque o art. 59, inciso IV c/c § 2º, da referida Lei prevê expressamente a possibilidade de a exequibilidade ser demonstrada pelo licitante, quando solicitado pela Administração.'

(...)

No caso concreto, verifico que, além do grande número de desclassificações por suposta inexecuibilidade, ocorreu também uma diferença substancial de quase 27% entre o valor mínimo aceitável arbitrado pela UFRPE e a mediana das propostas desclassificadas. Referida diferença chama a atenção e induz o questionamento de que é possível que o orçamento-base da licitação esteja superavaliado.

Além disso, o Tribunal, em sua jurisprudência (Acórdãos 325/2007, 3092/2014, ambos do Plenário), apresentou exemplos de estratégias comerciais que podem levar uma empresa a reduzir sua margem de remuneração incluída em sua proposta de preços, a saber: (i) interesses próprios da empresa em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado; ou (ii) incrementar seu portfólio; ou ainda (iii) formar um novo fluxo de caixa advindo do contrato.

Em outras palavras, ainda que a proposta da licitante tenha sido inferior ao patamar de 75% do valor orçado pela Administração, a empresa pode ter motivos comerciais legítimos para fazê-lo, cabendo à Administração perquirir los, dando oportunidade ao licitante para demonstrar a exequibilidade do valor proposto.

Além disso, acerca do precitado Acórdão 2.198/2023-TCU-Plenário, a mesma publicação institucional do TCU supracitada afirma: “é importante notar que o julgado sobre essa disposição específica da Lei 14.133/2021 ainda é isolado, sendo aconselhável aguardar novas decisões para ter uma compreensão mais clara e definitiva sobre a aplicação desse dispositivo legal a partir de casos concretos.”

Nesse cenário, não vejo óbices a que o entendimento consolidado e sumulado na jurisprudência do TCU – Súmula TCU 262 – seja mantido inalterado, mesmo em face da novel Lei 14.133/2021.

Considerando ser esse um possível *leading case* em que se debate o tema, julgo oportuno que, em acréscimo à proposta da unidade técnica, se dê ciência à UFRPE que o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei.” (Representação, TC 040.457/2023-0, relator Augusto Sherman Cavalcanti, julgado em 20 de março de 2024).” Negritei.

Desta forma, resta claro que os Órgãos de controle entendem que se trata de presunção relativa de inexecuibilidade, o que, nos termos da Lei 14.133/21, especialmente art. 59, §§ 2º, 3º e 5º da Lei n. 14.133/21, a Administração deveria ter realizado diligências a fim de permitir a empresa a viabilidade de sua proposta, o que não ocorreu.

Vale ressaltar, ainda, que, dentre todos os elementos que compõem a proposta apresentada, **apenas um único item foi individualmente apontado como supostamente viciado**, o que não compromete a integralidade da proposta nem justifica, por si só, a sua desclassificação, tanto que, eventuais erros, conforme previsão expressa no Edital, poderiam ser revistos ou explicados, utilizando-se das diligências permitidas em Lei.

III. DOS PEDIDOS

Com base nos argumentos aventados acima, a Recorrente pugna a esta Administração a revisão do ato administrativo que desclassificou o Consórcio, devendo retorná-lo à disputa, tendo ele apresentado o menor e melhor preço à Administração, permitindo que a Recorrente, através de diligências, comprove o custo do insumo que lhe desclassificou, tendo ela cotado o material com empresa indicada pela própria GOINFRA.

Catalão/GO, 23 de julho de 2025.

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

RECURSO ADMINISTRATIVO.pdf

Documento número #3817b0dc-a738-444e-9a15-e5964f8e8bad

Hash do documento original (SHA256): eaca0ee8bb9a4d89c1c92f59525bdf4fdc4dd263a67877273933205e3fc6fc9

Assinaturas



HELDER DE OLIVEIRA ALVES

CPF: 045.778.837-24

Assinou em 23 jul 2025 às 17:39:13

Log

- 23 jul 2025, 17:38:21 Operador com email licitacao@ctaempreendimentos.com.br na Conta 86bb0e5d-feec-4735-adb3-4b77fb723244 criou este documento número 3817b0dc-a738-444e-9a15-e5964f8e8bad. Data limite para assinatura do documento: 22 de agosto de 2025 (17:38). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 jul 2025, 17:38:35 Operador com email licitacao@ctaempreendimentos.com.br na Conta 86bb0e5d-feec-4735-adb3-4b77fb723244 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 31 de agosto de 2025 (20:12).
- 23 jul 2025, 17:38:35 Operador com email licitacao@ctaempreendimentos.com.br na Conta 86bb0e5d-feec-4735-adb3-4b77fb723244 adicionou à Lista de Assinatura: licitacao@ctaempreendimentos.com.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo HELDER DE OLIVEIRA ALVES e CPF 045.778.837-24.
- 23 jul 2025, 17:39:13 HELDER DE OLIVEIRA ALVES assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail licitacao@ctaempreendimentos.com.br. CPF informado: 045.778.837-24. IP: 177.180.157.33. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -12.9832209 e longitude -38.4580372. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1264.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 jul 2025, 17:39:16 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3817b0dc-a738-444e-9a15-e5964f8e8bad.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3817b0dc-a738-444e-9a15-e5964f8e8bad, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.



CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO.

São partes neste instrumento:

- A. **GONÇALVES & DIAS ENGENHARIA LTDA**, com endereço na Avenida Industrial, 07A, Quadra: 02, Lote: 07 A, Polo Industrial Canaã dos Carajás - PA, CEP 68.537-000, inscrita no CNPJ nº. nº 02.250.663/0001-90, por intermédio de seu Representante Legal/Sócio Administrador o **Sr. Rodrigo Gonçalves dos Santos**, brasileiro, solteiro, sócio proprietário da licitante, inscrito no CPF nº 713.533.991-68, portador da carteira nacional de habilitação nº 00585298501, órgão expedidor DETRAN – PA, residente e domiciliado à Avenida dos Pioneiros, sn, Parque dos Ipes, Canaã dos Carajás, PA, CEP 68.537-000, Canaã dos Carajás - PA Telefone: (94) 99270-3848, doravante denominada “**GONÇALVES & DIAS ENGENHARIA LTDA**”.
- B. **CTA EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ nº 08.366.615/0001-48, situada à Rua da Alfazema, 000761, Edif. Iguatemi Business e Flat, Sala 801, Bairro: Caminho das Árvores, Salvador - BA, CEP 41.820-710, por meio de sua representante legal/sócia à **GCN HOLDING LTDA**, CNPJ nº 35.649.536.0001-17, Situada à Rua E Lot A Branca, 26, Cond. Primaveira, Agua Branca, Jequie - BA, CEP 45.206-727, Brasil, neste ato representado pelo **Sr. Helder de Oliveira Alves**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CPF nº 045.778.837-24, carteira de identidade nº 0490326820, Órgão Expedidor SSP - BA, domiciliado à Rua Jardim Alto do Itaigara, 183, Edif. Jardim Alto Itaigara, Apt. 1401, Itaigara, Salvador - BA, CEP 41.815-190.
- C. **BR INFRA CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 3522798745-3 e alterações subsequentes, localizada na Rua Vereador Mário Marcolongo, n. 208, Conjunto 5, Bairro Jordanésia, Cajamar/SP, CEP 07.776-430, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 19.324.043/0001-50, doravante denominada “BR”, neste ato devidamente representada de acordo com o que estabelece a Cláusula Quinta do seu Contrato Social, por seus administrador, **Marcos Fabiano da Cunha**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade 25069508-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o número 132.252.028-35, com endereço profissional na Rua Vereador Mário Marcolongo, n. 208, Conjunto 5, Bairro Jordanésia, Cajamar/SP, CEP 07.776-430

Pelo presente instrumento particular, as partes acima mencionadas e qualificadas, doravante denominadas em conjunto como **CONSORCIADAS**, têm, entre si, certas e ajustadas o seguinte:

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

CONCEITOS

CLÁUSULA PRIMEIRA. No presente Instrumento, os termos abaixo indicados terão os seguintes conceitos, salvo se, pelo contexto ou por definição do Edital, outros significados tiverem:

ÓRGÃO LICITANTE: AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA

OBJETO DA LICITAÇÃO: “Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de duplicação da Rodovia GO-330, trecho: Ipameri/Catalão, Subtrecho 1: GO-330, Posto Policial de Catalão/Entr. GO-305 (Trevo de Goiandira), com extensão de 11,70 km.”,

CONSÓRCIO: Convenção entre as partes signatárias objetivando participar da **CONCORRÊNCIA 043/2025 - Contratação nº 114153 , Processo nº 202500005014833** e que se seguirá para executar o OBJETO DA LICITAÇÃO.

CONTRATO: Contrato administrativo a ser firmado entre o ÓRGÃO LICITANTE e o CONSÓRCIO.

INSTRUMENTO: O presente contrato que contempla a convenção entre as CONSORCIADAS para participar da LICITAÇÃO e que balizará os termos e condições do instrumento que formalizará a constituição do CONSÓRCIO.

RAZÕES DO PRESENTE

CLÁUSULA SEGUNDA. O ÓRGÃO LICITANTE publicou o EDITAL, nele contemplando o OBJETO DA LICITAÇÃO e permitindo a participação em Consórcio.

Parágrafo Único. As CONSORCIADAS possuem interesse de participar em conjunto na LICITAÇÃO e, bem assim, na execução do OBJETO DA LICITAÇÃO, pelo que tornam-se necessário firmar o presente INSTRUMENTO.

COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

CLÁUSULA TERCEIRA. Pelo presente instrumento particular, as CONSORCIADAS firmam o presente, comprometendo-se a constituir o CONSÓRCIO, que se regerá pelas disposições abaixo.

DESIGNAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. O CONSÓRCIO compromete-se a não constituir, para fins de consórcio, em pessoa jurídica e a não adotar denominação própria diferente de seus integrantes, salvo quando expressamente autorizado pelo contratante, sendo certo, contudo, que terá, para fins de distinção, a denominação **CONSÓRCIO CATALÃO**.

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

OBJETO DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA QUINTA. O objeto do CONSÓRCIO será restrito ao OBJETO DESTA CONCORRÊNCIA, nos termos e condições fixadas no EDITAL. Será observado, mais, tudo quanto for exigido no EDITAL, citando-se, mas não se restringido, as exigências abaixo mencionadas.

Parágrafo Primeiro. Todas as CONSORCIADAS participarão nos aportes de capital do CONSÓRCIO, na proporção de suas participações.

Parágrafo Segundo. Aham-se implícitas, na consecução deste INSTRUMENTO, a elaboração e apresentação de propostas, participação, habilitação e a prática de quaisquer atos visando à contratação do CONSÓRCIO.

Parágrafo Terceiro. As CONSORCIADAS declaram que não participam, e, estando este em vigor, não participarão da CONCORRÊNCIA de outra forma, que não no CONSÓRCIO objeto do presente INSTRUMENTO, seja isoladamente, em outro consórcio, ou através de interposta pessoa. Declaram, mais, que nenhum profissional de seus quadros participa ou participará em mais de uma empresa ou em mais de um consórcio.

DURAÇÃO, ENDEREÇO E FORO

CLÁUSULA SEXTA. A duração do CONSÓRCIO coincidirá com o prazo de execução do objeto do CONTRATO, até sua aceitação definitiva, acrescido de 06 (seis) meses, contados a partir do termo de recebimento definitivo dos serviços.

Parágrafo Primeiro. O CONSÓRCIO terá sua sede provisoriamente na Rua da Alfazema, 761, Edifício Iguatemi Business e Flat, Sala 801 a 810, Caminho das Árvores, Salvador - Bahia, CEP 41.820-710.

Parágrafo Segundo. Em que pese o disposto no "caput" desta cláusula, reputar-se-á dissolvido o INSTRUMENTO 30 (trinta) dias após a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) Se o ÓRGÃO LICITANTE, depois de esgotados os recursos administrativos ou judiciais que eventualmente as CONSORCIADAS ou terceiros interponham, adjudicar, definitivamente, o OBJETO DA LICITAÇÃO a outro licitante;
- b) No caso de cancelamento da LICITAÇÃO, sem que haja recurso;
- c) Por decisão conjunta e unânime de desistir em participar da LICITAÇÃO, o que só poderá ocorrer desde que observadas as hipóteses legais e o disposto no EDITAL;
- d) Quando for completado o prazo previsto para sua duração.
- e) Substituição do presente Compromisso pelo Instrumento de Constituição de Consórcio, caso se logrem vencedoras da Licitação.

Parágrafo Terceiro. Sagrando-se vencedor o CONSÓRCIO, as CONSORCIADAS, desde já, comprometem-se a firmar todos os documentos exigidos no EDITAL e no CONTRATO,

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

assumindo todas as obrigações e compromissos deles constantes.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CONSORCIADAS E PRESTAÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA SÉTIMA. As obrigações e responsabilidades das CONSORCIADAS são as abaixo arroladas, além de outras previstas em lei, neste INSTRUMENTO ou no EDITAL.

Parágrafo Primeiro. A participação de cada consorciada no CONSÓRCIO será a seguinte:

GONCALVES & DIAS 49,5% (cinquenta por cento)

CTA EMPREENDIMENTOS (LIDER) 49,5% (cinquenta por cento)

BR INFRA CONSTRUÇÕES 1% (um por cento)

TOTAL: 100% (cem por cento)

Parágrafo Segundo. Cada CONSORCIADA responderá na proporção de sua participação no CONSÓRCIO pelos resultados, tributos, pagamentos, aportes de recursos financeiros, direitos, deveres, fianças e garantias a prestar, assim como por tudo aquilo que se fizer necessário ao cumprimento do objeto deste INSTRUMENTO e do EDITAL.

Parágrafo Terceiro. Todas as CONSORCIADAS participarão nos aportes de capital do CONSÓRCIO na proporção de suas participações, conforme indicado na presente cláusula.

Parágrafo Quarto. Não obstante o percentual de participação das CONSORCIADAS, estas assumem perante o ÓRGÃO LICITANTE o compromisso expresso de responderem individual e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da LICITAÇÃO, tanto na LICITAÇÃO quanto da execução do CONTRATO e até o recebimento definitivo dos serviços que vierem a ser contratados, incluindo as obrigações de ordem fiscal e administrativa.

Parágrafo Quinto. Inobstante a responsabilidade solidária assumida perante a CONTRATANTE cada CONSORCIADA deve ser considerada como uma contratada independente, respondendo perante as demais CONSORCIADAS, na proporção de sua participação, pelos danos ou prejuízos a que comprovadamente der causa.

Parágrafo Sexto. É designada como líder do CONSÓRCIO e responsável principal para direção, representação e a administração do CONSÓRCIO perante o ÓRGÃO LICITANTE a empresa **B. CTA EMPREENDIMENTOS LTDA**, também denominada **EMPRESA LÍDER**, ficando a ela autorizada a assumir responsabilidades, receber instruções, em nome das CONSORCIADAS junto ao ÓRGÃO LICITANTE.

Parágrafo Sétimo. As CONSORCIADAS deverão prestar recíproca colaboração em todos os

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

campos, de forma a obter a integração dos serviços e bom desempenho na consecução do presente.

Parágrafo Oitavo. Todas as CONSORCIADAS ficam obrigadas a participar do processo licitatório até seu final. No caso de pretenderem desistir, só poderão fazê-lo não havendo impedimento pelo ÓRGÃO LICITANTE e havendo consentimento das demais CONSORCIADAS.

Parágrafo Nono. Ao CONSÓRCIO serão aplicadas as normas do ÓRGÃO LICITANTE e do EDITAL.

Parágrafo Décimo. Cada consorciada responde pela veracidade dos documentos que apresentar, respondendo pelas consequências, de ordem civil e criminal, caso tal não se verifique, assumindo inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação.

Parágrafo Décimo-Primeiro. Sem prejuízo da responsabilidade prevista no Parágrafo Terceiro desta cláusula, as obras relacionadas ao OBJETO DA LICITAÇÃO serão executadas em conjunto pelas CONSORCIADAS respeitadas as suas respectivas participações no CONSÓRCIO.

NORMAS SOBRE RECEBIMENTO DE RECEITAS

CLÁUSULA OITAVA. Para efeitos de faturamento e recebimento dos serviços prestados o CONSÓRCIO emitirá, sua própria Fatura/Nota Fiscal de Serviços ao Contratante. O Pagamento será realizado através de depósito em conta corrente do CONSÓRCIO.

NORMAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO, CONTABILIZAÇÃO E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA. A administração do CONSÓRCIO será efetuada pela EMPRESA LÍDER, obedecendo-se às normas do EDITAL.

Parágrafo Primeiro. O CONSÓRCIO possuirá uma estrutura organizacional constituída por um Conselho, composto por 02 (dois) membros de cada uma das CONSORCIADAS, sendo um titular e um suplente, e ao Conselho caberá a coordenação geral do CONSÓRCIO, cujas diretrizes para o seu funcionamento serão estabelecidas através de futuro regulamento denominado **Normas e Procedimentos Operacionais** que as CONSORCIADAS se comprometem a elaborar e aprovar no prazo de 30 (trinta) dias da data da constituição do CONSÓRCIO.

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

Parágrafo Segundo. O CONSÓRCIO terá contabilidade própria para escrituração de todos os aportes, despesas e custos referentes à execução do CONTRATO. Sua escrituração será feita na contabilidade da administradora, isto é, da EMPRESA LÍDER, destacadamente, em livros auxiliares registrados com propósito de identificar e escriturar as operações do CONSÓRCIO, sendo que os custos de contabilização e manutenção dos arquivos contábeis serão rateados pelas CONSORCIADAS na proporção de suas participações no CONSÓRCIO. Não será cobrada taxa de administração.

Parágrafo Terceiro: As Partes acordam que qualquer decisão a ser tomada, deverá conter a anuência prévia das **CONSORCIADAS**, formalizadas através de documentos físicos (atas, cartas, memorandos), ou correspondências eletrônicas (e-mail), especialmente para a concordância de condições, compromissos, recebimento e quitação, além, da possibilidade de transigir, mediante consulta e aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto. As CONSORCIADAS indicam o **Sr. Rodrigo Gonçalves dos Santos**, brasileiro, solteiro, sócio proprietário da licitante, inscrito no CPF nº 713.533.991-68, portador da carteira nacional de habilitação nº 00585298501, órgão expedidor DETRAN – PA, residente e domiciliado à Avenida dos Pioneiros, sn, Parque dos Ipês, Canaã dos Carajás, PA, CEP 68.537-000, Canaã dos Carajás - PA Telefone: (94) 99270-3848, pela **GONÇALVES ENGENHARIA LTDA**, o **Sr. Helder de Oliveira Alves**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CPF nº 045.778.837-24, carteira de identidade nº 0490326820, Órgão Expedidor SSP - BA, domiciliado à Rua Jardim Alto do Itaigara, 183, Edif. Jardim Alto Itaigara, Apt. 1401, Itaigara, Salvador - BA, CEP 41.815-190, pela empresa **CTA EMPREENDIMENTOS LTDA**, e o **Sr. Marcos Fabiano da Cunha**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade 25069508-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o número 132.252.028-35, com endereço profissional na Rua Vereador Mário Marcolongo, n. 208, Conjunto 5, Bairro Jordanésia, Cajamar/SP, CEP 07.776-430, pela empresa **BR INFRA CONSTRUÇÕES LTDA** outorgando-lhes poderes específicos e suficientes, ao representante da empresa LÍDER, conforme definido na cláusula Sétima, parágrafo sexto, para isoladamente tratar de assuntos em relação a aludida Concorrência em todas as suas fases, inclusive para interpor ou desistir de interposição de recursos, firmar atas, assinar todos os documentos relativos ao processo licitatório, tais como, credenciais, declarações, proposta comercial, composições de preços, BDI, encargos sociais, dentre outros. A representação para assinatura do termo de contrato e a representação judicial durante a execução do contrato serão exercidas sempre em conjunto pelas partes, através de seus representantes já qualificados.

Parágrafo Quinto. No âmbito interno do CONSÓRCIO, cada consorciada será representada por qualquer de seus respectivos representantes legais ou por quem assim o designarem.

FORMA DE DELIBERAÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM

CLÁUSULA DÉCIMA. Os assuntos de interesse comum serão resolvidos junto ao ÓRGÃO LICITANTE pelo CONSÓRCIO através da **EMPRESA LÍDER**.

COMPROMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA. As partes comprometem-se a apresentar ao ÓRGÃO LICITANTE, antes da assinatura do CONTRATO, o instrumento definitivo de constituição do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo proporcional a cota de participação das participantes do consórcio, bem como seu respectivo registro, em conformidade com o requerido no EDITAL. Declaram que, se vencedoras da LICITAÇÃO, levarão o Termo de Constituição de Consórcio à Junta Comercial do local da sede da Empresa Líder, bem como ao respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) e registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. As consorciadas assumem, expressamente, o compromisso de, junto ao ÓRGÃO LICITANTE, cumprir as obrigações previstas no EDITAL, inclusive, mas não limitadamente, fornecer ou assinar, no menor espaço de tempo possível, todos os documentos que forem necessários, declarando, ainda, irrestrita e irretratável aceitação das condições da LICITAÇÃO.

Parágrafo Segundo. As partes comprometem-se em não alterar a constituição ou composição do CONSÓRCIO sem prévia e expressa anuência do ÓRGÃO LICITANTE, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do CONSÓRCIO em sua formação original.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA. As **CONSORCIADAS** comprometem-se a:

- a) não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como a implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;
- b) não empregar menores de dezoito anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- c) não permitir a prática ou a manutenção de discriminação restritiva ao acesso na relação de emprego, ou pejorativa em decorrência de gênero, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

- d) proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal n.º 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores; e
- e) não oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA. O presente INSTRUMENTO é irrevogável e irretratável, obrigando herdeiros e sucessores.

CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA. As consorciadas se obrigam a tratar de forma absolutamente confidencial qualquer informação recebida da outra ou por ocasião da operação objeto do CONTRATO, salvo se forem de domínio público. Qualquer informação fornecida por qualquer das CONSORCIADAS, concernente à preparação e execução do CONTRATO ou a ela correlata, será utilizada unicamente para fins colimados no presente documento.

ATESTADOS TÉCNICOS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA. Caberá a cada consorciada o direito de indicar Responsável (eis) Técnico (s), sendo certo, ainda, que as consorciadas envidarão todos os esforços para que seus respectivos indicados recebam atestado técnico envolvendo a participação de cada qual no CONSÓRCIO.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA. As CONSORCIADAS elegem o Foro da Comarca de Salvador no Estado da Bahia para dirimir eventuais questões relativas ao presente INSTRUMENTO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se que se torne.



CONSÓRCIO GO 330 CATALÃO

E, por estarem assim justas e contratadas assinam as CONSORCIADAS, o presente instrumento em 01 (uma) via nato-digital, para um só efeito, junto com 02 (duas) testemunhas.

Salvador-BA, 29 de maio de 2025.

RODRIGO GONCALVES DOS SANTOS:71353399168
Assinado de forma digital por RODRIGO GONCALVES DOS SANTOS:71353399168

GONÇALVES & DIAS ENGENHARIA LTDA

CNPJ Nº 02.250.663/0001-90

RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS

CPF Nº 713.533.991-68

REPRESENTANTE LEGAL

HELDER DE OLIVEIRA ALVES:04577883724
Assinado de forma digital por HELDER DE OLIVEIRA ALVES:04577883724
Dados: 2025.05.29 12:01:36 -03'00'

CTA EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ Nº 08.366.615/0001-48

HELDER DE OLIVEIRA ALVES

CPF Nº 045.778.837-24

REPRESENTANTE LEGAL

MARCOS FABIANO DA CUNHA:13225202835
Assinado de forma digital por MARCOS FABIANO DA CUNHA:13225202835
Dados: 2025.05.29 11:47:09 -03'00'

BR INFRA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº 19.324.043/0001-50

MARCOS FABIANO DA CUNHA

CPF: 132.252.028-35

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

Pedro Ivo Santana Campelo Andrade
CPF/MF: 832.157.195-68

Lucas Botelho Rodrigues
CPF/MF: 886.464.672-87